



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/SELOG/SR/PF/RJ

ESTUDO PRELIMINAR Nº 40130160/2025-NAD/SELOG/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.010006/2024-34

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. **Tipo de Serviço:** contratação de empresa especializada em prestação de serviço controle de pragas urbanas e vetores a exemplo de formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, visando atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro e Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e suas Delegacias Descentralizadas.
- 1.2. Com base na [Portaria nº 7.828/2022](#) do Ministério da Economia, o objeto da contratação constitui **atividade de custeio**.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A contratação tem por objetivo o controle de pragas urbanas e vetores a exemplo de formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização, desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias.
- 2.3. Considerando a necessidade de combate e controle de vetores e pragas urbanas, visando a garantia de proteção no atendimento ao público e ao quadro funcional da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e suas Descentralizadas, uma vez que inúmeras enfermidades podem ser transmitidas através de insetos ou roedores contaminados, faz-se necessário a contratação de uma(s) especializada(s) para que sane esta necessidade;
- 2.4. Considerando a manutenção do patrimônio e seu bom funcionamento, zelando pela eficiência no serviço público, afim de assegurar o melhor ambiente e condições de trabalho, salienta a necessidade da contratação dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização.
- 2.5. Além disso, existe assim, a necessidade de dar condições plenas de segurança, salubridade e habitabilidade ao imóvel, possibilitando a ocupação e utilização dos mesmos, bem como o controle e monitoramento de pragas urbanas, quais sejam, baratas, formigas, e roedores nas instalações, protegendo a área patrimonial, bem como as pessoas que frequentam o local.
- 2.6. Justifica-se a contratação de empresa especializada para os referidos serviços em função do esgotamento da vigência dos Contratos 11/2018 - SR/PF/RJ, 12/2018-SR/PF/RJ e 13/2018-SR/PF/RJ firmados com as empresas AMBIENTAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP, DEL RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA e DEDETIZADORA FULMEGAN LTDA, respectivamente. Ressalta-se que os contratos já não operam na Sede da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e sua Delegacias Descentralizadas desde que atingiram o limite de 60 meses em 22/01/2023, não sendo possível realizar as respectivas prorrogações.
- 2.7. Vale salientar que a realização destes serviços devem ser procedidas no mínimo 4 vezes no período de vigência do contrato, uma vez que os produtos utilizados para o combate às pragas possuem garantia/duração entre 3 (três) meses e as experiências anteriores com o objeto deste Termo de Referência mostram resultados favoráveis com esta periodicidade. Propiciando que, a Sede Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, tenha um ambiente mais sadio e salubre aos seus frequentadores.

3. ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
NAD/SELOG/SR/PF/RJ	LUCIO VIEIRA DE SOUZA (AADM)

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

- 4.1.1. A empresa CONTRATADA deverá comprovar por meio de licença ambiental ou termo equivalente: documento, o qual licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é expedida pelo INEA, de acordo com o artigo 6º, inciso V, da Lei nº 7.806 de 12 de dezembro de 2017, do Rio de Janeiro.
- 4.1.2. A empresa CONTRATADA deverá seguir as normas e determinações previstas na Lei nº 7.806/2017.
- 4.1.3. A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:
- 4.1.4. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do Fabricante no CTF;
- 4.1.5. Deverá adotar critérios de sustentabilidade nas obrigações com a CONTRATANTE observando os fundamentos legais constantes no Decreto nº 7.746/2012, bem como a IN nº 1/2010 – SLTI/MP;
- 4.1.6. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.), Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências), RDC ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências).
- 4.1.7. A CONTRATADA é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;
- 4.1.8. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.
- 4.1.9. Como critério de aceitabilidade da proposta vencedora, serão exigidos do licitante que apresentar a melhor proposta, observada a ordem de classificação, os seguintes critérios de sustentabilidade, quando couber:
- 4.1.10. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;
- 4.1.11. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.1.12. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous

Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.13. que sejam obedecidas as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.1.14. que sejam fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, e que haja fiscalização de seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

#### 4.2. **Legislação Aplicável**

4.3. A CONTRATADA não poderá contrariar as normas vigentes no país que norteiam a realização do controle de pragas e vetores urbanos, cabendo observar, basicamente, dentre elas:

4.4. Padrões de controle de qualidade internacional (ISO 9001:2008 para empresas controladoras de pragas), norma ABNT NBR 15.584, partes:1 – (controle de vetores e pragas/Terminologia), parte 2– (controle de vetores e pragas - manejo integrado), parte 3 – (sistema de gestão da qualidade), bem como atender as recomendações da ABNT NBR 12809/1993, NBR12810/1993, RDC N.º 18/2000, RDC N.º 17/2010, NR06/MTE, RDC n.º 52/2009 Anvisa, Resolução INEA n.º 92/2014 para a emissão do comprovante de execução do serviços prestados por empresas de controle de vetores e pragas urbanas, Lei estadual n.º 7806/2017, IBAMA (IN N.º 31/2009) que dispõe, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e da outras providências, entre outras legislações pertinentes a este tipo de serviço;

- Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013; 8.17.3. NR 6 – Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho; 8.17.4. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU;
- Instrução Normativa nº 109 de 03 de agosto de 2006 do IBAMA que regulamenta o manejo e controle da fauna sinantrópica nociva;
- Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006 que revoga a IN 109 Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva;
- Resolução RDC nº 326, de 09 de novembro de 2005 Repelentes - são formulações destinadas a repelir animais indesejáveis (sinantrópicos);

#### 4.5. **Aos preceitos das normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial:**

- NBR 15584 Controle de vetores e pragas urbanas;
- aos preceitos das Normas Regulamentadoras NR, estabelecidas pelo MTE, através de sua Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho SSST, vigentes e atualizadas;
- NR 06 Equipamentos de Proteção Individual EPI;
- NR 09 Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR 15 Atividades e Operações Insalubres;
- às disposições legais da União e do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- aos regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro;
- às seguintes resoluções, instruções, leis e decretos;
- RDC nº 339, de 07/12/2005, da ANVISA. Dispõe sobre o uso de iscas em gel;
- RDC nº 52, de 22/10/2009, da ANVISA. Regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;
- Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- Lei nº 6.938, de 31/08/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação;
- Decreto nº 96.044, de 18/05/1988, e Portaria nº 204, de 20/05/1997, do Ministério dos Transportes regulamentam o transporte rodoviário de produtos perigosos;
- Decreto nº 7.746, de 05/06/2012. Critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;
- Decreto nº 2.657, de 03/07/1998. Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.

#### 4.6. **Vigência**

4.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados desde o primeiro dia de vigência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4.7. **Subcontratação**

4.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.8. **Garantia da contratação**

4.8.1. A empresa deverá garantir a imunização pelo prazo de doze meses a partir da execução do serviço em cada local atendido, devendo, para tanto, executar tantas imunizações, a título de reforço, quanto forem necessárias neste período.

4.8.2. As solicitações para reforço em garantia a que alude o item anterior serão efetuadas pelo Órgão Fiscalizador do Contrato e deverão ser executadas pela empresa em até dez dias úteis.

4.8.3. A empresa encaminhará ao órgão fiscalizador, após a execução do serviço, juntamente com a documentação de cobrança, certificado de garantia referente a cada local imunizado.

4.8.4. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.8.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.8.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.8.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.8.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.8.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.8.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.8.12. Será considerada extinta a garantia:

4.8.13. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA a cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.8.14. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

4.8.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.8.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

#### 4.9. **Vistoria**

4.9.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor

designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

- 4.9.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.9.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria
- 4.9.4. A vistoria deverá ser agendada por e-mail, sendo este nad.selog.srrj@pf.gov.br ou por telefone (21) 2203-4427 / 4920 / 4428 . (TELEFONE)
- 4.9.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.9.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. O levantamento do valor de mercado estipulado para o serviço foi realizado através da utilização de valor médio obtido entre três preços unitários encontrados após realização de pesquisa no portal Painei de Preços, conforme preconizado no art. 5º ,I, da IN/ SEGES nº65 de 07 de julho de 2021
- 5.2. Tabela I - Solução

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSERV	Valor unitário M²
1	Serviços especializados em controle de pragas urbanas, sendo eles, Desinsetização e Desratização, por meio de tratamento com medidas preventivas, ações corretivas e aplicação de produtos químicos, sob a modalidade de serviço continuado.	3417	1,50
2	Serviços especializados em controle e combate à mosquitos e suas larvas.	3417	1,50
3	Identificação, controle, eliminação e monitoramento de cupins e brocas de madeira seca e cupins subterrâneos*	3417	2,16

- 5.3. O levantamento de mercado foi realizado por meio de consultas ao PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, Painei de preços - serviços, e pesquisa de preços - Portal de Compras do Governo Federal.
- 5.4. Contratações similares encontradas:
1. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024 Processo Administrativo Nº 08657.018200/2024-91
  2. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Processo Administrativo nº 25380.003469/2022-18) - 2480616 - Termo de Ref. - EDITAL Nº PREGÃO Nº 12/2023
  3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/UFSJ – MG - PE Nº 90003/2024 Processo Nº. 23122.043365/2023-42

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. A descrição da solução como um todo, conforme demonstrado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, microplasma, bernes) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização, desratização e descupinização com fornecimento de todos os materiais necessários e o emprego de todos os equipamentos, ferramentas, mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual necessários à execução do serviço, englobando-se nestes a reaplicação e vistorias periódicas, se for o caso.
- 6.2. O serviço deve contemplar a utilização de métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares presentes no Termo de Referência, a fim de evitar a proliferação de pragas.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Tabela I - Estimativa de Quantidades:

GRUPOS	ITEM	LOCAL	Serviços separados	PERIODICIDADE	CAT SERV	ÁREA (M²)	QTDE MÁX. DE APLICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO M² (ESTIMADO) Valores separados para desinsetização/desratização e descupinização	VALOR GLOBAL (ESTIMADO)	OBSERVAÇÕES	
1	1	SEDE	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	36284,07	4	1,5	R\$ 54.426,11	Mediana da planilha simulação	R\$
	2		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$
	3		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12				R\$
2	4	DPF/NIG/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	2036,8	4	1,5	R\$ 3.055,20	Mediana da planilha simulação	R\$
	5		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$
	6		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12				R'
3	7	DPF/NRI/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	2868,21	4	1,5	R\$ 4.302,32	Mediana da planilha simulação	R\$
	8		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$
	9		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12				R'
4	10	POSPET	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	1060	4	1,5	R\$ 1.590,00	Mediana da planilha simulação	R'
	11		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$
	12		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12				R'
5	13	DPF/ARS/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	589,45	4	1,5	R\$ 884,18	Mediana da planilha simulação	R'
	14		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$
	15		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12				F
6	16	DEPOM/ARS	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	603,15	4	1,5	R\$ 904,73	Mediana da planilha simulação	R'
	17		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$
	18		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12				F
7	19	PORTO ITAGUAÍ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	869,88	4	1,5	R\$ 1.304,82	Mediana da planilha simulação	R'
	20		Desratização	MENSAL	3417		12				R\$

	21		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	443	12	2,16	R\$ 956,88	Média da planilha simulação	F
	22		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	1531,3	4	1,5	R\$ 2.296,95	Mediana da planilha simulação	R'
8	23	DPF/GOY/RJ	Desratização	MENSAL	3417		12				
	24		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	561,05	12	2,16	R\$ 1.211,87	Média da planilha simulação	R'
	25		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	3969,07	4	1,5	R\$ 5.953,61	Mediana da planilha simulação	R\$
9	26	DPF/MCE/RJ	Desratização	MENSAL	3417		12				
	27		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	2.305,83	12	2,16	R\$ 4.980,59	Média da planilha simulação	R'
	28		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	2617,93	4	1,5	R\$ 3.926,90	Mediana da planilha simulação	R\$
10	29	DPF/VRA/RJ	Desratização	MENSAL	3417		12				
	30		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	2.545,66	12	2,16	R\$ 5.498,63	Média da planilha simulação	R'
	31		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	1115,18	4	1,5	R\$ 1.672,77	Mediana da planilha simulação	R'
11	32	GISE/SR/PF/RJ	Desratização	MENSAL	3417		12				
	33		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	812,21	12	2,16	R\$ 1.754,37	Média da planilha simulação	R'
	34		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	130,76	4	1,5	R\$ 196,14	Mediana da planilha simulação	F
12	35	NFTI/RJ	Desratização	MENSAL	3417		12				
	36		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	2,16	R\$ 282,44	Média da planilha simulação	F
	37		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	10566,93	4	1,5	R\$ 15.850,40	Mediana da planilha simulação	R\$
13	38	DEPÓSITO DA ILHA	Desratização	MENSAL	3417		12				
	39		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	2,16	R\$ 22.824,57	Média da planilha simulação	R\$
	40		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	3013,78	4	1,5	R\$ 4.520,67	Mediana da planilha simulação	R\$
14	41	GPI/SDU	Desratização	MENSAL	3417		12				
	42		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	2,16	R\$ 6.509,76	Média da planilha simulação	R'
	43		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	325,9	4	1,5	R\$ 488,85	Mediana da planilha simulação	R'
15	44	GSA/DEAER /SR/PF/RJ	Desratização	MENSAL	3417		12				
	45		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	2,16	R\$ 703,94	Média da planilha simulação	F
	46		Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	638,21	4	1,5	R\$ 957,32	Mediana da planilha simulação	R'
16	47	CANIL GIG	Desratização	MENSAL	3417		12				
	48		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	205,77	12	2,16	R\$ 444,46	Média da planilha simulação	F
Área total m² (previa)						57.653,69			R\$ 204.301,16		R\$
VALOR TOTAL DO CONTRATO (ESTIMADO)											

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.739.265,11** (um milhão, setecentos e trinta e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais e onze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1. A solução pode ser parcelada, pois o interesse da administração pública é a aquisição no menor valor, desde que os aparelhos tenham as características e condições elencadas no Termo de Referência e o parcelamento não implica em nenhum óbice ao processo.
- 9.2. A presente contratação será dividida em itens com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU no que se refere à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.
- 9.3. SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.
- 9.4. A despeito da sobredita orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto licitatório condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.
- 9.5. A licitação será realizada agrupando os 04 (quatro) itens do objeto desta licitação, descrevendo os serviços necessários para todas as unidades em suas localidades, com descrição dos tipos de combate e prevenção a serem executados de forma conjunta, sendo técnica e economicamente mais viável.
- 9.6. Os itens comportam serviços que deverão ser executados de forma estreitamente vinculadas, cuja harmonia e compatibilização são pressupostos básicos para o adequado funcionamento das instalações que sofrerão os serviços de controle de pragas urbanas.
- 9.7. Sendo assim, se os serviços não forem agrupados, ter-se-iam várias empresas executando, ao mesmo tempo, o objeto licitado. Tal fato poderia gerar complicações e comprometer o resultado final dos trabalhos. Ademais, haveria significativa dificuldade para a garantia dos serviços executados, uma vez que cada contratado iria tentar se eximir de suas responsabilidades, argumentando que sua execução foi prejudicada/comprometida pela interferência dos serviços prestados por outro contratado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 10.1. As empresas anteriormente contratadas, conforme processo 08455.014341/2016-00, atenderam, satisfatoriamente, às necessidades da SR/PF/RJ e de suas unidades descentralizadas.
- 10.2. O objeto do contrato anterior, tal qual a presente demanda, foi plenamente alcançado, não havendo incidentes nem relatos de ineficácia das medidas de controle e combate a pragas urbanas.
- 10.3. O procedimento licitatório anterior não está vigente.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas:
- 11.1.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2023 a 2024, aprovado através da resolução CGPF/PF Nº6, de 10 de Outubro de 2022, preconiza no tópico 2.2.2: Conferir efetividade ao emprego dos recursos.
- 11.1.1.1. "Ação Estratégica: Ampliar Ações para Promoção da Saúde do Servidor Ampliar, sistematizar e implementar ações institucionais com foco na assistência social, proteção à saúde e à segurança, propiciando bem-estar, satisfação e higidez dos servidores.
- 11.2. Portanto a contratação pretendida abrange os referidos aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.
- 11.3. A contratação pretendida está alinhada com o planejamento da Instituição, sendo solicitada verificar se está correto o Código 943 - serviços de saneamento e serviços similares - 00394494000136-0-000014/2024, ou, caso contrário realizar a inclusão no Plano Anual de Contratações - PCA - 2024 - SR/PF/RJ - 200360, através do Documento de Formalização da Demanda (MINUTA) (35381578)

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 12.1. A contratação de prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como: leptospirose, febre maculosa, microplasma, dengue, bernes, etc) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias.
- 12.2. Deverá ser contratada empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, por meio de Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO, para prestação de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades desta Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, suas Unidades de Apoio e Delegacias Descentralizadas. Anexo II)
- 12.3. Soma-se ainda o fato de que processo tem suas especificações baseadas em tecnologias que viabilizem a sustentabilidade em consonância com os princípios de ecoeficiência e economicidade.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 13.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 14.1. Como requisitos básicos para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar em seus procedimentos os seguintes critérios de SUSTENTABILIDADE, além dos previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber:
- 14.1.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável, desta forma não causando impacto ambiental.

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

- 15.1. Por todo o exposto, declaramos que a solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a contratação dos serviços acima especificados e consideramos que a contratação é plenamente viável.

16. **RESPONSÁVEIS**

- 16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**LUCIO VIEIRA DE SOUZA (AADM)**  
SIAPE 184722  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**MICHAEL DE ANDRADE MENDES**  
Perito Criminal Federal  
Chefe do NAD/SELOG/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **MICHAEL DE ANDRADE MENDES, Perito(a) Criminal Federal**, em 03/04/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO VIEIRA DE SOUZA, Agente Administrativo(a)**, em 03/04/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40704532&crc=BFD55944](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40704532&crc=BFD55944).  
Código verificador: **40704532** e Código CRC: **BFD55944**.